

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.782
Preferenciais	111.546
Total	170.328
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.287.892	3.613.849
1.01	Ativo Circulante	1.448.175	690.782
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	517.112	128.026
1.01.02	Aplicações Financeiras	267.005	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	267.005	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	267.005	0
1.01.03	Contas a Receber	459.260	422.583
1.01.03.01	Clientes	448.008	413.324
1.01.03.01.01	Consumidores	448.008	413.324
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.252	9.259
1.01.03.02.01	Rendas a receber	8.079	5.538
1.01.03.02.02	Títulos a receber	3.173	3.721
1.01.04	Estoques	8.227	11.031
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.630	27.572
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	36.630	27.572
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	25.968	11.644
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	10.662	15.928
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	159.941	101.570
1.01.08.03	Outros	159.941	101.570
1.01.08.03.01	Serviços em curso	28.869	27.905
1.01.08.03.02	Aquisição de combustível por conta da CCC	19.891	9.448
1.01.08.03.03	Subvenções Eletrobrás	81.618	13.373
1.01.08.03.04	Sub-rogação - CCC	12.128	24.140
1.01.08.03.05	Outros	17.435	26.704
1.02	Ativo Não Circulante	2.839.717	2.923.067
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.101.042	1.150.817
1.02.01.03	Contas a Receber	107.294	116.499
1.02.01.03.01	Clientes	57.036	66.241
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	50.258	50.258
1.02.01.06	Tributos Diferidos	49.863	23.329
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.863	23.329
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	134.773
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	133.649
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	1.124
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	943.885	876.216
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	40.980	41.259
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	6.344	4.363
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	40.745	40.049
1.02.01.09.08	Ativo financeiro - bens da concessão	793.980	737.080
1.02.01.09.09	Outros	61.836	53.465
1.02.02	Investimentos	6.389	6.397
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	6.389	6.397
1.02.04	Intangível	1.732.286	1.765.853
1.02.04.01	Intangíveis	1.732.286	1.765.853
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.732.286	1.765.853

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.287.892	3.613.849
2.01	Passivo Circulante	1.268.823	1.616.297
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.126	1.209
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.126	1.209
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	1.126	1.209
2.01.02	Fornecedores	190.272	446.087
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	190.272	446.087
2.01.03	Obrigações Fiscais	151.142	136.864
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.509	79.798
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	83.509	79.798
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	65.760	56.246
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.873	820
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	599.525	645.313
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	334.205	450.065
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	333.815	381.859
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	390	68.206
2.01.04.02	Debêntures	261.962	191.774
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	3.358	3.474
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	58	79
2.01.04.03.02	Em Moeda Estrangeira	3.300	3.395
2.01.05	Outras Obrigações	326.758	386.824
2.01.05.02	Outros	326.758	386.824
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.625	19.625
2.01.05.02.05	Taxa de iluminação pública	12.231	9.763
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	193.546	286.471
2.01.05.02.07	Obrigações do programa de eficiência energética	55.808	46.891
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	751	157
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	34.548	12.910
2.01.05.02.10	Outros	10.249	11.007
2.02	Passivo Não Circulante	1.809.441	1.180.607
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	782.207	635.601
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	307.221	507.923
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	263.006	442.092
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	44.215	65.831
2.02.01.02	Debêntures	446.900	96.003
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	28.086	31.675
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	0	21
2.02.01.03.02	Em Moeda Estrangeira	28.086	31.654
2.02.02	Outras Obrigações	817.478	376.371
2.02.02.02	Outros	817.478	376.371
2.02.02.02.03	Tributos e contribuições sociais	79.510	106.493
2.02.02.02.05	Obrigações do programa de eficiência energética	56.048	51.908
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego	16.555	14.896
2.02.02.02.09	Fornecedores	312.516	0
2.02.02.02.10	Incorporação de redes	201.431	183.665
2.02.02.02.11	Taxas regulamentares	133.955	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.02.02.20	Outros	17.463	19.409
2.02.04	Provisões	209.756	168.635
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	209.756	168.635
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	37.784	32.916
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.914	20.815
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	128.551	90.977
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	18.507	23.927
2.03	Patrimônio Líquido	1.209.628	816.945
2.03.01	Capital Social Realizado	1.118.910	710.197
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-58.416	-50.615
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	149.134	157.363
2.03.08.01	Reserva de reavaliação em ativos próprios	158.847	167.076
2.03.08.02	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	-9.713	-9.713

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	709.040	1.313.001	566.620	1.111.138
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-502.643	-1.018.423	-482.894	-917.151
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-327.860	-685.825	-298.014	-596.011
3.02.02	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-20.135	-49.433	-28.485	-74.893
3.02.03	Pessoal	-26.939	-43.617	-29.405	-41.580
3.02.04	Material	-5.829	-10.622	-7.225	-12.662
3.02.05	Serviços de Terceiros	-30.629	-58.079	-26.122	-50.199
3.02.06	Depreciação e Amortização	-25.676	-51.090	-25.705	-52.235
3.02.07	Subvenção - CCC	5.596	11.160	14.160	36.254
3.02.08	Custo de Construção	-70.692	-128.335	-79.393	-122.494
3.02.09	Outros	-479	-2.582	-2.705	-3.331
3.03	Resultado Bruto	206.397	294.578	83.726	193.987
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-130.391	-235.306	-151.358	-219.843
3.04.01	Despesas com Vendas	-45.210	-68.244	-89.166	-113.815
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.856	-82.763	-31.710	-61.878
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	498	1.295	2.047	1.396
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-41.823	-85.594	-32.529	-45.546
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	76.006	59.272	-67.632	-25.856
3.06	Resultado Financeiro	-65.909	-83.357	-67.540	-109.552
3.06.01	Receitas Financeiras	40.325	128.706	39.134	66.535
3.06.02	Despesas Financeiras	-106.234	-212.063	-106.674	-176.087
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.097	-24.085	-135.172	-135.408
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.624	8.055	7.690	14.013
3.08.01	Corrente	-18.479	-18.479	2.399	-1.650
3.08.02	Diferido	28.103	26.534	5.291	15.663
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.721	-16.030	-127.482	-121.395
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.721	-16.030	-127.482	-121.395
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,10867	-0,12110	-1,00670	-0,95860
3.99.01.02	PN	0,11953	-0,13320	-1,10740	-1,05450

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	19.721	-16.030	-127.482	-121.395
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.721	-16.030	-127.482	-121.395

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	110.925	230.944
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	212.692	174.245
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro do exercício	-16.030	-121.395
6.01.01.02	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	25.910	73.801
6.01.01.03	Depreciação ou amortização (investimentos e intangível)	62.104	61.703
6.01.01.04	Encargos líquidos	90.922	95.478
6.01.01.05	Baixa do ativo financeiro e intangível	36.532	48.563
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-26.534	7.014
6.01.01.07	(Ganhos) / perdas na alienação de bens e direitos do ativo financeiro e intangível	-1.579	-2.512
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social corrente	2.342	1.650
6.01.01.10	Ajuste a valor presente e marcação a mercado	-953	112
6.01.01.11	Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	41.121	0
6.01.01.12	Aplicações financeiras (no mercado aberto e recursos vinculados) - encargos	-1.143	0
6.01.01.20	Outras	0	9.831
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-101.767	56.699
6.01.02.01	Consumidores, Concessionários e permissionários	-51.389	-190.828
6.01.02.02	Estoques	2.804	-355
6.01.02.03	Aquisição de combustível por conta CCC	-10.443	7.821
6.01.02.04	Créditos redução receita baixa renda/subvenção tarifária Eletrobrás	-68.245	-2.584
6.01.02.05	Serviços em curso	-964	-7.419
6.01.02.06	Créditos e depósitos vinculados a litígios	-1.981	1.108
6.01.02.07	Créditos a compensar em recolhimentos futuros	-9.754	12.180
6.01.02.08	Títulos e rendas a receber, títulos e valores mobiliários e despesas antecipadas	0	12.612
6.01.02.09	Outros devedores	7.276	127.212
6.01.02.10	Fornecedores	46.132	85.230
6.01.02.11	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-56.987	-43.784
6.01.02.12	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	-12.788	-61.854
6.01.02.13	Taxas regulamentares	25.158	41.685
6.01.02.14	Obrigações do Programa de Eficiência Energética	13.057	1.914
6.01.02.15	Entidades previdência privada e benefícios pós-emprego	2.253	-3.658
6.01.02.16	Sub-rogação - CCC	4.376	-8.701
6.01.02.17	Obrigações estimadas	3.159	-8.076
6.01.02.18	Incorporação de redes	17.766	0
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social pagos	-16.137	0
6.01.02.20	Outros créditos	4.940	94.196
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-358.726	-105.986
6.02.01	No intangível e ativo financeiro	-104.285	-125.200
6.02.02	Acréscimo de obrigações especiais	11.421	19.214
6.02.04	Aplicações financeiras (no mercado aberto e recursos vinculados)	-265.862	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	636.887	-25.392
6.03.01	Mútuos com partes relacionadas - líquido	134.773	527
6.03.02	Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	451.320	21.726

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.03.03	Pagamento empréstimos - principal	-357.919	-26.526
6.03.04	Pagamento de swap	0	-21.119
6.03.06	Aumento do capital próprio	408.713	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	389.086	99.566
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	128.026	122.628
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	517.112	222.194

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	710.197	0	0	-50.615	157.363	816.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	710.197	0	0	-50.615	157.363	816.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	408.713	0	0	0	0	408.713
5.04.08	Ações subscritas e integralizadas	408.713	0	0	0	0	408.713
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.030	0	-16.030
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.030	0	-16.030
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.229	-8.229	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	12.468	-12.468	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.239	4.239	0
5.07	Saldos Finais	1.118.910	0	0	-58.416	149.134	1.209.628

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	710.197	0	304.484	0	223.875	1.238.556
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	710.197	0	304.484	0	223.875	1.238.556
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-121.395	0	-121.395
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-121.395	0	-121.395
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	11.221	-11.221	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	17.002	-17.002	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-5.781	5.781	0
5.07	Saldos Finais	710.197	0	304.484	-110.174	212.654	1.117.161

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	1.804.112	1.503.493
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.710.993	1.453.420
7.01.02	Outras Receitas	-9.306	1.396
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-19.689	-946
7.01.02.02	Outras receitas	10.383	2.342
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	128.335	122.478
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-25.910	-73.801
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.063.549	-923.822
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-735.258	-670.904
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-272.357	-235.332
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-30.467
7.02.04	Outros	-55.934	12.881
7.02.04.01	Subvenções de combustível - CCC	11.160	36.254
7.02.04.02	Outros	-61.282	-15.076
7.02.04.03	Materia prima e insumo para produção de energia elétrica	-5.812	-8.297
7.03	Valor Adicionado Bruto	740.563	579.671
7.04	Retenções	-62.104	-56.994
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62.104	-56.994
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	678.459	522.677
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	128.706	66.533
7.06.02	Receitas Financeiras	128.706	66.535
7.06.03	Outros	0	-2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	807.165	589.210
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	807.165	589.210
7.08.01	Pessoal	79.150	75.754
7.08.01.01	Remuneração Direta	80.023	61.705
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.837	5.632
7.08.01.04	Outros	-5.710	8.417
7.08.01.04.01	Entidade de previdência privada	1.463	1.492
7.08.01.04.02	Programa de alimentação ao trabalhador - PAT	7.367	6.924
7.08.01.04.03	Convênios assistencias e outros benefícios	888	3.451
7.08.01.04.04	Transferências para ordens em curso (intangível)	-15.428	-3.516
7.08.01.04.05	Diversos	0	66
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	528.654	453.089
7.08.02.01	Federais	179.006	145.190
7.08.02.02	Estaduais	349.554	307.899
7.08.02.03	Municipais	94	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	215.391	181.762
7.08.03.01	Juros	90.922	119.783
7.08.03.02	Aluguéis	3.328	2.616
7.08.03.03	Outras	121.141	59.363
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-16.030	-121.395
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-16.030	-121.395

Com



Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat | Resultados do 1º semestre de 2014

Cuiabá, 14 de agosto de 2014 - A Administração das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat (“Cemat” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T14) e dos primeiros seis meses de 2014 (6M14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Em 11 de abril de 2014, o Grupo Energisa assumiu o controle acionário indireto da Cemat e que estava, desde 2012, sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com foco na retomada da sustentabilidade da concessão e normalidade dos serviços, o Grupo Energisa deu início a uma reestruturação econômico-financeira e organizacional, visando melhorar a eficiência de todos os processos operacionais, a produtividade e o perfil das dívidas da Cemat. Esses pilares estão presentes na implementação do plano de recuperação da distribuidora, aprovado pela Aneel.

1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Cemat é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.243 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,0 milhões de habitantes em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, em uma área de 903.358 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre:

Descrição	6M14	6M13	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.849,7	1.578,2	+ 17,2
Receita Operacional Líquida	1.313,0	1.111,1	+ 18,2
Receita Operacional Líquida, sem Receita de Construção	1.184,7	988,6	+ 19,8
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	59,3	(25,9)	-
EBITDA	110,4	26,4	+ 318,2
EBITDA Ajustado	122,9	39,1	+ 214,3
Resultado Financeiro	(83,4)	(109,6)	- 23,9
Lucro Líquido	(16,0)	(121,4)	- 86,8
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	4.287,9	3.793,7	+ 13,0
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	784,1	222,2	+ 252,9
Patrimônio Líquido	1.209,6	1.117,2	+ 8,3
Endividamento Líquido	615,0	1.046,0	- 41,2
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.243,1	1.191,7	+ 4,3
Vendas de Energia a Consumidores Cativos (GWh)	3.121,6	2.915,5	+ 7,1
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	3.837,4	3.816,5	+ 0,5
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	14,3	16,3	- 2,0 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	9,4	3,5	+ 5,9 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado Anualizado (vezes)	2,5	13,4	- 81,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais Acréscimos Moratórios de Contas de Energia.

Comentário do Desempenho

Resultados do 1º semestre de 2014



2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 6M14, a Cemat apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.721,4 milhões, ante R\$ 1.455,7 milhões registrados em 6M13, que representa um aumento de 18,3% (ou R\$ 265,7 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 19,8% (R\$ 196,1 milhões) no período, para R\$ 1.184,7 milhões.

Já no 2T14, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, apresenta aumento de 31,0% em relação ao 2T13. A composição desse crescimento é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	765,6	655,7	+ 16,8	1.412,2	1.301,3	+ 8,5
✓ Residencial	280,8	232,7	+ 20,6	523,9	482,1	+ 8,7
✓ Industrial	142,8	135,5	+ 5,5	255,7	237,1	+ 7,8
✓ Comercial	197,8	169,2	+ 16,9	371,3	345,0	+ 7,6
✓ Rural	71,0	54,9	+ 29,4	128,0	110,3	+ 16,0
✓ Outras classes	73,2	63,4	+ 15,5	133,3	126,8	+ 5,2
(+) Suprimento de energia elétrica	59,4	26,4	+ 124,8	122,2	82,3	+ 48,4
(+) Fornecimento não faturado líquido	7,3	(11,6)	-	17,9	(53,9)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	35,6	10,0	+ 256,0	64,1	56,5	+ 13,5
(+) Receitas de construção	70,7	79,4	- 11,0	128,3	122,5	+ 4,8
(+) Outras receitas	62,9	34,9	+ 80,2	105,0	69,5	+ 51,0
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	1.001,5	794,8	+ 26,0	1.849,7	1.578,2	+ 17,2
(-) Impostos sobre vendas	(277,0)	(223,9)	+ 23,7	(509,3)	(448,7)	+ 13,5
(-) Encargos setoriais	(15,5)	(4,3)	+ 260,5	(27,4)	(18,4)	+ 48,6
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	709,0	566,6	+ 25,1	1.313,0	1.111,1	+ 18,2
(-) Receitas de construção	(70,7)	(79,4)	-11,0	(128,3)	(122,5)	+ 4,8
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	638,3	487,2	+ 31,0	1.184,7	988,6	+ 19,8

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 51.263 novos consumidores e crescimento de 7,1% (aumento de 9,0% no 2T14) das vendas de energia elétrica no mercado cativo (vide item 3.1 deste comentário de desempenho);
- Aumento tarifário médio de 16,62%, concedido através da resolução homologatória nº 1.704/2014 e Notas Técnicas nºs 104/2014 e 114/2014, que entraram em vigor a partir de 08/04/2014;
- Crescimento de 124,8% no 2T14 nas receitas oriundas de venda de energia no mercado de curto prazo (suprimento de energia), em função do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD médio estar elevado devido ao maior acionamento das usinas térmicas.

2.2 - Reajuste tarifário

Em 8 de abril de 2014, foi concedido à Cemat reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 16,62% percebido pelos consumidores.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo.

Comentário do Desempenho

Resultados do 1º semestre de 2014



Em seis meses de 2014 foi apurado o montante de R\$ 24,2 milhões para a Cemat. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Cemat pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 61,9 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

2.3 - Despesas operacionais

Em 6M14, as despesas operacionais, desconsiderando os custos de construção, totalizaram R\$ 1.125,4 milhões, aumento de 10,9% (R\$ 110,9 milhões) em relação aos 6M13. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi de 7,5% (R\$ 7,8 milhões). Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 64,4 milhões no semestre, um incremento de 9,6%.

No 2T14, as despesas operacionais, também desconsiderando os custos de construção, cresceram apenas 1,3% (R\$ 7,4 milhões)

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var. %	6M14	6M13	Var. %
1 - Despesas controláveis	63,3	62,7	+ 1,0	112,3	104,5	+ 7,5
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	26,9	29,4	- 8,5	43,6	41,6	+ 4,8
1.2 Material	5,8	7,2	- 19,4	10,6	12,7	- 16,5
1.3 Serviços de terceiros	30,6	26,1	+ 17,2	58,1	50,2	+ 15,7
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	348,0	326,5	+ 6,6	735,3	670,9	+ 9,6
3 - Depreciação e amortização	25,7	25,7	-	51,1	52,2	- 2,1
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	46,3	73,6	- 37,1	69,7	83,6	- 16,6
5 - Outras despesas/receitas	79,0	66,9	+ 18,1	157,0	103,3	+ 52,0
Subtotal	562,3	554,9	+ 1,3	1.125,4	1.014,5	+ 10,9
6 - Custos de construção (*)	70,7	79,4	- 11,0	128,3	122,5	+ 4,7
Total	633,0	634,3	- 0,2	1.253,7	1.137,0	+ 10,3

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual a receita de construção

Dentre os fatores que impactaram as despesas se destacam:

- Crescimento de 9,6% (6,6% no 2T14) nos custos de energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso do sistema proveniente da aquisição de energia nova através do leilão 2013/2027;
- Redução de 68,9% nos reembolsos de energia térmica (de R\$ 36,3 milhões para R\$ 11,3 milhões) no montante da subvenção recebida no comparativo com o mesmo período de 2013, em função da redução dos custos com geração térmica após a interligação ao sistema nacional da região atendida pela Usina Térmica de Comodoro que ocorreu no mês de outubro de 2013;
- Aumento de R\$ 41,1 milhões no semestre, nos valores estimados de perda em processos judiciais movidos contra a companhia, referentes a ações de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias;

Comentário do Desempenho

Resultados do 1º semestre de 2014



2.4 - Lucro de R\$ 19,7 milhões no 2T14 e geração de caixa de R\$ 113,7 milhões

No 2T14, a Cemat registrou lucro líquido de R\$ 19,7 milhões (R\$ 0,12 por ação do capital social), contra um prejuízo de R\$ 127,5 milhões registrados em igual período do ano passado. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 113,7 milhões no trimestre, contra os R\$ 31,7 milhões negativos apurados no 2T13. Esse desempenho no trimestre deve-se, principalmente, aos fatores já mencionados no item 2.1 acima, aliado ao menor crescimento das despesas operacionais no período.

Com o resultado apurado no 2T14, foi possível à Cemat registrar uma redução de 86,8% no prejuízo acumulado em seis meses de 2014, que passou de R\$ 121,4 milhões negativos em 6M13 para R\$ 16,0 milhões negativos em 6M14.

Apresenta-se a seguir os resultados e a geração de caixa da Companhia nos períodos mencionados:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var. %	6M14	6M13	Var. %
(=) Lucro Líquido	19,7	(127,5)	-	(16,0)	(121,4)	- 86,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	9,6	7,7	+ 24,7	8,1	14,0	- 42,1
(-) Resultado financeiro	(65,9)	(67,5)	- 2,4	(83,4)	(109,6)	- 23,9
(-) Depreciação e amortização	(25,7)	(25,7)	+ 2,6	(51,1)	(52,2)	- 2,1
(=) Geração de caixa (EBITDA)	107,2	(37,3)	-	110,4	26,4	+ 318,2
(+) Receita de acréscimos moratórios	6,5	5,6	+ 16,1	12,5	12,7	- 1,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	113,7	(31,7)	-	122,9	39,1	+ 214,3
Margem do EBITDA Ajustado (%)	16,0	(5,6)	+ 21,6 p.p	9,4	3,5	+ 5,9 p.p

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

No primeiro semestre de 2014 (6M14), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Cemat, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.723,1 GWh (1.939,9 GWh no 2T14), incremento de 5,1% (aumento de 6,4% no 2T14) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pelas classes industrial e residencial, que cresceram 11,2% e 8,2%, respectivamente, no semestre. A energia total distribuída em 6M14 foi de 3.837,4 GWh, ante os 3.816,5 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var. %	6M14	6M13	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	1.633,0	1.497,9	+ 9,0	3.121,6	2.915,5	+ 7,1
✓ Residencial	590,3	536,3	+ 10,1	1.145,0	1.058,4	+ 8,2
✓ Industrial	247,2	216,0	+ 14,4	447,8	402,8	+ 11,2
✓ Comercial	380,5	357,6	+ 6,4	740,8	700,9	+ 5,7
✓ Rural	207,8	193,5	+ 7,4	394,2	381,8	+ 3,2
✓ Outras Classes	207,2	194,5	+ 6,5	393,8	371,6	+ 6,0
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	306,9	325,3	- 5,7	601,5	627,1	- 4,1
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.939,9	1.823,2	+ 6,4	3.723,1	3.542,6	+ 5,1
4) Suprimento de energia e não faturado	(0,9)	86,4	-	114,3	273,9	- 58,3
5) Energia Total Distribuída (3+4)	1.939,0	1.909,6	+ 1,5	3.837,4	3.816,5	+ 0,6

Comentário do Desempenho

Resultados do 1º semestre de 2014



A Cemat encerrou o primeiro semestre de 2014 com 1.243.123 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,3% superior à registrada no fim de junho de 2013. Já o número de consumidores livres totalizou 97 unidades em junho de 2014.

3.2 - Perdas de energia

A Cemat deu início, após a aquisição do controle acionário pelo Grupo Energisa, às ações gerenciais de aperfeiçoamento das fiscalizações das unidades consumidoras das suas distribuidoras, visando o combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica. Em junho de 2014, as perdas de energia da Cemat se situaram em 14,3%, contra 16,3% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2013, o que representa redução de 2,0 pontos percentuais.

4 - Estrutura de capital

4.1 - Alteração do perfil da dívida

A Cemat iniciou no segundo trimestre de 2014 um processo de melhoria da sua estrutura de capital e perfil de dívida, por intermédio de emissão de ações, debêntures e CCBs.

A emissão de ações, concluída em julho, teve por objetivo o aporte de recursos, conforme previsto no Plano Aneel, para recuperação e correção das falhas e transgressões que levaram à intervenção da distribuidora pelo Órgão Regulador, em 2012.

As operações da Cemat envolveram:

- i) a 5ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 450 milhões, que fazem jus a uma remuneração com base no CDI, acrescido de 2,28% ao ano. As debêntures têm data de emissão em 15/05/2014 e vencimento em 15/05/2021, sendo 24 meses de carência. Os recursos foram captados em 30 de maio;
- ii) o reperfilamento de uma CCB no montante de aproximadamente R\$ 45 milhões, com vencimento ao final de 5 anos, carência de 24 meses e custo de CDI mais 2,25% ao ano; e
- iii) o aumento de capital privado de R\$ 408,7 milhões. Foram emitidas pela Cemat 51.475.212 ações, sendo 17.764.714 ordinárias e 33.710.498 preferenciais, ao preço de R\$ 7,94 por ação. Consequentemente, o número de ações do capital social da Companhia, de R\$ 1.118,9 milhões, passou a ser de 170.328.517 ações, sendo 58.782.489 ações ordinárias e 111.546.028 ações preferenciais, sem valor nominal.

3.2 - Melhoria do caixa e do perfil da dívida

Em 30 de junho de 2014, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Cemat apresentou aumento de R\$ 656,1 milhões em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2013. Essa evolução decorre, basicamente, das operações acima mencionadas.

Consequentemente, a dívida líquida da Cemat, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e encargos financeiros, passou de R\$ 1.167,8 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 615,0 milhões em 30 de junho de 2014, redução de 47,3%.

Comentário do Desempenho

Resultados do 1º semestre de 2014



O alongamento do perfil das dívidas já se faz sentir pelo quadro a seguir, que apresenta as dívidas de curto e longo prazo da Cemat em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Descrição Valor em R\$ milhões	30/06/2014	31/12/2013
Curto Prazo	600,3	645,3
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	277,5	399,6
Debêntures	262	191,7
Encargos de dívidas	60,0	54
Déficit atuarial	0,8	-
Longo Prazo	798,8	650,5
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	335,3	539,6
Debêntures	446,9	96,0
Déficit atuarial	16,6	14,9
Total das dívidas	1.399,1	1.295,8
(-) Disponibilidades financeiras	784,1	128,0
Total das dívidas líquidas	615,0	1.167,8

4 - Investimentos

No primeiro semestre de 2014, os investimentos da Cemat totalizaram R\$ 103,7 milhões, ante os R\$ 125,2 milhões registrados em 6M13, assim distribuídos:

Investimentos (Em R\$ milhões)	1T14	2T14	6M14
Redes de Distribuição	23,3	3,6	26,9
Medidores e Ramais de Serviço	17,6	2,2	19,8
Subestações	7,3	6,8	14,1
Linhas de Distribuição em Alta Tensão	4,9	3,1	8,0
Universalização / LPT (Incorporação Rede)	1,6	4,6	6,2
Outros Investimentos	8,9	19,8	28,7
Total de Investimentos	63,6	40,1	103,7

7 - Mudança e serviços prestados pelo auditor independente

Em 29 de maio de 2014, o Conselho de Administração da Cemat aprovou a alteração do auditor independente da Companhia, que passou a ser a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A remuneração do auditor anterior BDO RCS Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Cemat no primeiro semestre de 2014 foi de R\$ 190 mil pela revisão contábil das demonstrações contábeis.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - CEMAT
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT (“Companhia” ou “CEMAT”), é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, sob o controle acionário da Rede Energia S.A. (“REDE”) - em “Recuperação Judicial”, que atua na área de distribuição de energia elétrica além da geração própria por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão legal que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.358 km², atendendo 1.243.123 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes) em 141 municípios, sendo as cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop com maior número de clientes, nessa ordem. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que é vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 25 de Outubro de 1994.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 16, 25 e 31, respectivamente.

1.1. Intervenção administrativa da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.647 (“Resolução”), de 31 de agosto de 2012, determinou, cautelarmente, a intervenção administrativa na

Notas Explicativas



Companhia, por um prazo de 1 (um) ano, contado da edição da referida resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL.

Através da Resolução Autorizativa n.º 4.282, de 20 de agosto de 2013, a ANEEL prorrogou, pelo prazo de 2 (dois) anos, a intervenção administrativa na CEMAT, determinada pela Resolução Autorizativa n.º 3.647 de 31 de agosto de 2012, continuando inalteradas as disposições anteriores.

Em 08 de abril de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.622 que decretou o fim da intervenção federal na CEMAT. A conclusão do processo foi condicionada à lavratura da transferência das ações nos livros societários das empresas que compõem o compromisso de compra e venda e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Concessionária (ver nota 1.4).

1.2. Plano de Recuperação da CEMAT

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, determinou a intervenção administrativa na Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL. Nos termos do § 3º do artigo 3º da Resolução, os acionistas da Companhia teriam que apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, um Plano de Recuperação e Correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 26 de outubro de 2012, o representante legal do acionista controlador protocolizou na ANEEL, um plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora.

Esse plano está baseado na premissa de entrada de novo controlador, com aporte de novos recursos na Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial". Após a entrada do novo acionista, a Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial", injetará diretamente ou via Rede Power do Brasil S.A., recursos na CEMAT.

Em 01 de Outubro de 2013, a Rede Energia S.A. apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano está vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. cujo compromisso de investimento, compra e venda de ações, foi firmado em 11 de julho de 2013.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação da CEMAT apresentado pelo Grupo Rede Energia que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa. Em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o Grupo Energisa deverá comprovar o aporte dos recursos previstos nos planos aprovados para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 28 de Janeiro 2014 a Resolução Autorizativa n.º 4.510, anuiu a transferência do controle societário da Rede Energia e definiu que a nova controladora deverá observar a expressa vedação para a transferência de recursos via mútuo das distribuidoras para qualquer holding, protegendo assim o serviço público de eventuais percalços financeiros.

Diante do compromisso dos financiadores para aportar recursos na holding, a serem repassados às distribuidoras nas mesmas condições originais pactuadas, ficam autorizadas as necessárias operações de mútuo no exercício de 2014, tendo como mutuárias as concessionárias de distribuição.

Com o fim da intervenção passa a vigorar na CEMAT o regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que está condicionado ao aporte dos recursos previstos nos planos para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O regime excepcional resolve:

- Autorizar a revisão extraordinária dos limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para a CEMAT;

Notas Explicativas



- Autorizar a destinação dos recursos das compensações por violação dos limites de qualidade referentes à continuidade do serviço de que trata o item 5.11 da seção 8.2 do Módulo 8 do PRODIST, até sua próxima revisão tarifária, para a realização de investimentos na área de concessão;
- Prorrogar o prazo de incorporação das redes particulares que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, para 31 de dezembro de 2016;
- Autorizar a Eletrobrás a conceder parcelamento de débitos relativos às quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, em até 60 (sessenta) parcelas;
- Anuir o pedido da Eletrobrás do parcelamento dos débitos relativos às quotas mensais de Itaipu;
- Autorizar que os débitos originários de multas com exigibilidade suspensa pelo Despacho nº 1.493, de 14 de maio de 2013, possam ser pagos em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas;
- Autorizar o regime excepcional de sanções regulatórias, contemplando o caráter exclusivamente de orientação, sem aplicação de penalidades, das ações fiscalizadoras de caráter técnico/comercial, cujos termos de notificação sejam emitidos até 31 de dezembro de 2015.

1.3. Recuperação Judicial - Rede Energia

Em 19 de dezembro de 2012, a acionista direta da CEMAT, Rede Energia S.A. - em “Recuperação Judicial” e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”) em “Recuperação Judicial” e a QMRA Participações S.A. (“QMRA”) em “Recuperação Judicial” tiveram seus pedidos de recuperação judicial (RJ) deferidos nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Os planos de recuperação judicial foram apresentados em juízo no dia 15 de março de 2013, dentro do prazo legal, para ser submetido à deliberação das assembleias gerais de credores das empresas, a serem instaladas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados do deferimento do processamento dos pedidos de recuperação (art. 56, §1º, da Lei de Recuperação). Esses planos, que foram divulgados aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, estavam sujeitos às modificações que poderiam ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação das próprias empresas (art. 56, §3º, da Lei de Recuperação).

Em 09 de setembro de 2013, o juiz responsável pela recuperação judicial da Rede Energia S/A - “Em Recuperação Judicial”, aprovou o plano deliberado em assembleia de credores do grupo em 5 de julho.

1.4. Compromisso de Investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, a controladora Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial” publicou fato relevante ao mercado que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, Energisa S.A. e, de outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, compromete-se a transferir à Energisa S.A. a totalidade de suas ações de emissão da REDE e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. - em recuperação judicial e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, participações societárias essas que conferirão à Energisa S.A. o controle indireto da REDE e, por consequência, das demais sociedades do Grupo, inclusive das distribuidoras de energia.

Notas Explicativas



O compromisso assinado reflete o plano de recuperação judicial votado na assembleia geral de credores realizada na mesma data. A efetiva conclusão do negócio estava sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) à obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis (vide nota 1.3); (ii) à aprovação do plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e (iii) à homologação do plano de recuperação judicial apresentado na assembleia geral de credores de 05 de julho de 2013, no âmbito da recuperação judicial da REDE, ajuizada em conjunto com sociedades relacionadas (vide nota 1.3).

Em publicação no diário oficial da União de 16 de outubro de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovou, sem restrições a aquisição, pela Energisa, do controle acionário da Rede Energia - “Em Recuperação judicial”.

A transferência das ações do controle acionário da Companhia foram lavradas em 11 de abril de 2014, após atendidas todas as condições precedentes, e em 14 de abril de 2014 foram eleitos os novos administradores da Companhia.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 12 de agosto de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 11 de Fevereiro de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

3.2. Reapresentação de créditos fiscais diferidos e cauções

Buscando a padronização ao modelo de publicação do Grupo Energisa, a Companhia está reapresentando os saldos referentes a tributos diferidos que passaram a ser classificados pelos valores líquidos nas suas demonstrações financeiras e os saldos de empréstimos e financiamentos e financiamentos por arrendamento financeiro referentes a cauções. Assim, foram feitas reclassificações nos saldos em relação aos originalmente apresentados, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



	31/12/2013		
	Publicado	Reclassificado	Reapresentado
Ativo			
Ativo Circulante	690.782		690.782
Ativo Não Circulante			
Tributos Diferidos	126.212	(102.883)	23.329
Cauções e depósitos vinculados	-	41.259	41.259
Outros Realizável a Longo Prazo	1.086.229	-	1.086.229
Investimento	6.397	-	6.397
Intangível	1.765.853	-	1.765.853
Total do Ativo Não Circulante	2.984.691	(61.624)	2.923.067
Total do Ativo	3.675.473	(61.624)	3.613.849
Passivo			
Passivo Circulante	1.616.297		1.616.297
Passivo Não Circulante			
Tributos Diferidos	102.883	102.883	-
Empréstimos e Financiamentos	473.827	(34.096)	507.923
Financiamento por arrendamento financeiro	24.512	(7.163)	31.675
Outros Passivos Não Circulante	641.009	-	641.009
Total do Passivo Não Circulante	1.242.231	61.624	1.180.607
Patrimônio Líquido	816.945	-	816.945
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.675.473	61.624	3.613.849

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
BRADESCO	CDB Automático		20% CDI	729	753
CEF	CDB	30/12/2016	100,8% a 100,9% do CDI	23.648	38.149
ITAU	CDB Automático		20% CDI	1.460	5.502
SAFRA	CDB Automático	30/12/2014	10% CDI	4	1.974
SANTANDER	CDB	01/09/2017	101,5% a 103,20% do CDI	17.286	33.586
BRADESCO	CDB	28/07/2014	100,50%	8.640	-
CEF	COMPROMISSADA	30/12/2016	101,50%	200.037	-
BASA	CDB	07/04/2016	100% CDI	-	6.371
BRASIL	CDB	08/07/2017	95 a 97,5% do CDI	-	700
BVA	CDB	05/11/2013	70% do CDI	-	17
ITAU (2)	DEBÊNTURES	31/12/2015	101,5% CDI	203.543	-
SAFRA (2)	DEBÊNTURES	28/07/2014	100,8% CDI	13.041	-
				468.388	87.052
Caixas e depósitos bancários				48.724	40.974
				48.724	40.974
Total caixa e equivalente de caixa				517.112	128.026

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Notas Explicativas



b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
BASA	CAPITALIZAÇÃO	24/01/2014	TR	-	-
BASA	CAPITALIZAÇÃO	11/08/2014	TR	67	-
BASA	CDB	07/04/2016	100% CDI	5.575	-
BRASIL (3)	CDB	08/11/2017	95 a 97,5% do CDI	1.979	-
BVA	CDB	05/11/2013	70% do CDI	17	-
Caixa FI Energisa (4)	LFT	01/03/2020	SELIC	1.017	-
Caixa FI Energisa (4)	NTN	15/05/2045	IPCA	13.564	-
Caixa FI Energisa (4)	DEBÊNTURES	15/04/2016	100,0% do CDI	1.360	-
Caixa FI Energisa (4)	DPGE	22/06/2015 a 18/04/2016	109,0% a 113,0% do CDI e IPCA+5,7%	11.733	-
Caixa FI Energisa (4)	LF	27/04/2015 a 25/04/2016	106,5% a 109,0% do CDI	13.410	-
FIM Zona da Mata (4)	CDB	01/12/2015	100,7% a 115,0% do CDI	31.082	-
FIM Zona da Mata (4)	DEBÊNTURES	07/04/2016	100,0% do CDI + 3,9%	54.756	-
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	102,0% a 103,2%,0 do CDI	40.647	-
FIM Zona da Mata (4)	Depósito a prazo - DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	14.439	-
FIM Zona da Mata (4)	LF	27/06/2016 a 24/05/2021	105,5% a 115,9% do CDI	3.981	-
FIM Zona da Mata (4)	CCB	24/02/2017 a 31/08/2017	CDI + 6,1677% e 23,0%	21.702	-
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	CDI	4.921	-
FIM Zona da Mata (4)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	27.567	-
FIM Zona da Mata (4)	NTN	15/08/2016 a 15/08/2022	IPCA e IGPM	8.659	-
FIM Zona da Mata (4)	Fundos Multimercados	-	CDI	10.529	-
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				267.005	-
Total Caixa e equivalentes de caixa e aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				784.117	128.026

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$1.247 em 30 de junho de 2014 referente recursos vinculados a leilões de energia.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, Depósito a prazo - DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

Notas Explicativas



6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					30/06/2014	31/12/2013
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		
Residencial	44.170	35.214	6.552	2.240	3.823	18.545	110.544	110.213
Industrial	33.470	6.861	984	682	1.320	11.454	54.771	47.530
Comercial	35.968	14.347	2.206	1.203	1.992	13.553	69.269	64.540
Rural	21.973	3.352	919	320	658	2.748	29.971	23.327
Poder público:								
Federal	344	1.491	119	150	64	156	2.324	2.012
Estadual	405	596	158	41	24	46	1.270	1.090
Municipal	194	1.207	541	227	795	10.775	13.740	13.572
Iluminação pública	0	180	133	3	2	10.116	10.433	10.368
Serviço público	755	1.373	1.619	2.049	1.778	76.372	83.946	79.824
Parcelamento energia (faturas novadas)	28.008	3.789	1.764	4.949	42.586	50.070	131.166	140.627
(-) Ajuste a valor presente (2)	(997)	-	-	-	-	-	(997)	(1.181)
Subtotal - consumidores	164.291	68.411	14.993	11.864	53.043	193.835	506.437	491.922
Concessionárias (3)	30.127	-	-	-	-	2.962	33.089	11.868
Fornecimento não faturado	112.780	-	-	-	-	-	112.780	95.482
Redução de uso do sistema de distribuição (4)	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros	32.049	2.012	614	332	1.189	6.146	42.342	43.987
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.760)	-	-	(3.216)	(7.578)	(145.251)	(201.805)	(175.895)
Total	305.688	70.423	15.607	8.980	46.654	57.692	505.044	479.565
Circulante							448.008	413.324
Não circulante							57.036	66.241

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08 de novembro de 2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho de 2014, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$31.618 (R\$10.396 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$6.971 em 31 de dezembro de 2013, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$4.629 em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2014	31/12/2013
Créditos vincendos	30.127	7.434
Créditos vencidos	2.962	2.962
	33.089	10.396
(-) Aquisições de energia na CCEE	-	6.971
(-) Encargos de serviços do sistema	-	4.629
	33.089	(1.204)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Notas Explicativas

- (4) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n° 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para Companhia valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor em contrapartida no passivo.

7. Títulos de créditos a receber

	30/06/2014	31/12/2013
Rendas a receber	8.079	5.538
Outros títulos a receber	3.173	3.721
Processo execução de precatórios P M de Cuiabá (1)	50.258	50.258
	61.510	59.517
Circulante	11.252	9.259
Não circulante	50.258	50.258

- (1) Ação de Execução (processo n° 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório n° 13.699/2004/TJMT.

Em 30 de junho de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2014
2014	11.252
2019 em diante	50.258
Total	61.510

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante - 2012 e 01/01/2013	175.895	71.369
Complemento da provisão	29.905	113.858
Recuperação de perdas	1.461	1.247
Perdas no período/exercício	(5.456)	(10.579)
Saldo - final - circulante - 30/06/2014 e 31/12/2013	201.805	175.895
Consumidores e concessionárias e CCEE	201.805	175.895

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

Notas Explicativas



- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

O valor de recebíveis vencidos e a vencer (considerando a regra acima) e não provisionados em 30 de junho de 2014 é de R\$63.759 (R\$65.321 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia elétrica para os diversos segmentos de clientes, bem como se há evidência objetiva de perda no recebimento desses créditos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Através da Resolução Homologatória n.º 1.704 de 07 de abril de 2014 e Notas Técnicas n.º 104 de 03 de abril de 2014 e n.º 114 de 07 de abril de 2014, foram reajustadas as tarifas da base econômica da CEMAT em 16,62% (dezesesseis vírgula sessenta e dois por cento), sendo 11,46% (onze vírgula quarenta e seis por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,16% (cinco vírgula dezesesseis por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

As tarifas que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, entraram em vigor no período de 08 de abril de 2014 a 07 de abril de 2015.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos sendo a próxima revisão em abril de 2018. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 08 de abril de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 08 de abril de 2013, foi um aumento de 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento).

Notas Explicativas



10. Impostos a recuperar

	30/06/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	41.187	46.205
Imposto de Renda Retido na Fonte	2.342	-
Imposto de Renda - IRPJ (2)	26.240	17.324
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL (2)	7.155	3.591
Contribuição do PIS e COFINS	126	117
Outros	327	384
	77.375	67.621
Circulante	36.630	27.572
Não circulante	40.745	40.049

- (1) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível será recuperado em até 48 (quarenta e oito) meses. Está incluso nesta rubrica uma carta de crédito no montante de R\$19.924 adquirido junto ao estado de Mato Grosso;
- (2) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2014 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento ordinário em curso, e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

11. Subvenções Eletrobrás e Outros Créditos

	30/06/2014	31/12/2013
Eletrobrás Subvenção Baixa Renda (1)	12.453	5.831
Eletrobrás Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	69.165	7.542
Banco Daycoval (3)	102.985	102.985
(-) Provisão para perdas (3)	(102.985)	(102.985)
Outros créditos a Receber - CELPA - em "Recuperação Judicial"(4)	21.547	21.547
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA (4)	(9.019)	(9.753)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	11.136	11.136
Aquisição de combustível para conta CCC	19.891	9.448
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	23.504	21.584
Sub-rogação CCC (6)	49.510	53.886
Ordens de serviço em curso - Outros	5.365	6.321
Adiantamentos a fornecedores	8.868	3.476
Ativos mantidos para venda	6.402	6.636
Desativações em curso	522	6.828
Bloqueio Judicial	-	3.754
Outros	2.433	6.799
Total	221.777	155.035
Circulante	159.941	101.570
Não circulante	61.836	53.465

Notas Explicativas



1. **Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	30/06/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante - 31/12/2013	5.831	7.454
Subvenção Baixa Renda	18.193	30.899
Ressarcimento pela Eletrobrás	(11.571)	(32.523)
(1) Saldo - final - circulante - 30/06/2014	<u>12.453</u>	<u>5.831</u>

2. **Subvenção CDE - desconto tarifário:** A Resolução Homologatória 1.421 da ANEEL, de 24 de janeiro de 2013, entre outras providências homologa valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à CEMAT, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	30/06/2014	31/12/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	228.193	142.159
Ressarcimento pela Eletrobrás	(159.028)	(134.617)
(2) Saldo - final - circulante - 30/06/2014	<u>69.165</u>	<u>7.542</u>
Total Subvenções Eletrobrás (1) + (2)	<u>81.618</u>	<u>13.373</u>

- (3) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou uma medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, tramita perante o Juízo da Segunda Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá (Proc. 24768-64.2012.811.0041 - Numeração antiga 1461/2012 - Código 771688). Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na CEMAT (Plano ANEEL) foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial". Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A. Dessa forma, a restituição da aplicação financeira da CEMAT passou a depender tão somente da demanda judicial movida pela Companhia, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração decidiu provisionar a perda deste valor enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

Notas Explicativas



- (4) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total de R\$68.813 que a CEMAT tem direito, cerca de 69% (R\$47.266) foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$9.019.
- (5) Créditos de ICMS adquiridos de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC - Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sitio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a CEMAT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.
- (6) Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:
- sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$ 10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013 e R\$2.364 no 1º semestre de 2014, totalizando R\$26.336;
 - Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009, com início de recebimento no 1º semestre de 2014 de R\$267.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Notas Explicativas



A CEMAT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2014	31/12/2013
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	40.310	26.336	13.974	16.339
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	35.803	267	35.536	37.547
Total		97.301	76.113	26.603	49.510	53.886
Circulante (Principal)					11.259	24.140
Circulante (Variação IGP-M)					869	-
Total do Circulante					12.128	24.140
Não Circulante (Principal)					34.702	24.453
Não Circulante (Variação IGP-M)					2.680	5.293
Total do Não circulante					37.382	29.746

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A, (57,7% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (Enersul), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEVP), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (82,91%) que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). A partir de 11 de abril de 2014, a Denerge é controlada pela Energisa (51,19%), BBPM (24,29%) e JQMJ (24,52%). A BBPM passou a ser controlada pela Energisa (89,01%), que por sua vez também controla a JQMJ (99,99%).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

Notas Explicativas



Relacionamento	Trimestre findo em:		Semestre findo em:		
	30/6/2014	30/6/2013	30/6/2014	30/6/2013	
Transações de mútuos:					
Receitas financeiras	1.499	314	5.459	594	
Receita de uso da rede elétrica (a):					
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Grupo Econômico	349	442	754	1.069
Custo na compra de energia elétrica (a):					
Tangará Energia S.A.	Grupo Econômico	(15.379)	(22.916)	(31.297)	(43.731)
Custo de prestação de serviços:					
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Grupo Econômico	-	(584)	-	(1.326)

Relacionamento	No período findo em:	
	30/6/2014	31/12/2013
SALDOS ATIVOS		
Não circulante		
Valores a recuperar:		
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	- 1.124
Total Controladora		- 1.124
Empresa Distrib. Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEVP)	Grupo Econômico	- 60
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	- 11
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (EEB)	Grupo Econômico	- 12
Total		- 83
Conta corrente (b):		
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	- 8.514
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (EEB)	Grupo Econômico	- 10.040
Total		- 18.554
Alienações de bens e direitos (c):		
Rede Power do Brasil S.A.	Grupo Econômico	- 115.012
Total		- 115.012
Total Grupo Econômico		- 133.649
Total Não Circulante		- 134.773

Conforme disposto no artigo 2º da resolução autorizativa da Aneel n.º 4.463/2013, o Grupo Energisa deverá comprovar, em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o aporte dos recursos previstos no plano aprovado para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O aporte inclui a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede Energia, exceto para a quitação dos mútuos relativos à Empresa Elétrica Bragantina que poderá ser efetivada em até 1 (um) ano, limitado ao mês anterior ao término da concessão.

Em 11 de junho de 2014, a Energisa efetuou os aportes para a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede Energia.

Notas Explicativas



Relacionamento		30/06/2014	31/12/2013
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores (a):			
Tangará Energia S.A.	Grupo Econômico	5.094	7.908
Total		5.094	7.908
Juros sobre capital próprio:			
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	7.614	7.614
Total		7.614	7.614

(a) Contratos relacionados ao setor elétrico

No curso normal dos negócios, a Companhia compra e vende energia nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado.

(b) Conta corrente

- Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras**

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 (trinta e seis) meses vencendo em 31 de agosto de 2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19 de agosto de 2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses com término em 31 de agosto de 2013. Os contratos foram integralmente liquidados após a transferência do controle acionário para o Grupo Energisa.

(c) Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo à alienação das participações societárias na Rede Lajeado Energia S.A. e Juruena Energia S.A., de acordo com Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações no valor total de R\$37.414.

Além do contrato acima, a Rede Power do Brasil S.A. assumiu o valor de R\$47.266 referente ao contrato de conta corrente da CELPA - em "Recuperação Judicial" com a CEMAT - vide nota explicativa nº11 (4). O saldo devedor da Rede Power foi integralmente quitado após a transferência do controle acionário para o Grupo Energisa.

O saldo devedor da CELPA - em "Recuperação Judicial" foi amortizado com o recebível que a distribuidora paraense tinha com a Rede Power pela venda de ações da Rede Lajeado S.A e a Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.. Esse direito a receber foi transferido para a CEMAT.

Notas Explicativas



Remuneração dos Administradores

No período findo em 30 de junho de 2014, a remuneração total dos administradores, que corresponde a benefícios de curto prazo, foi de R\$1.139 (R\$1.140 em 30 de junho de 2013) e o valor correspondente a benefícios pós-emprego, foi de R\$35 (R\$28 em 30 de junho de 2013). No 1º semestre de 2014 não houve benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

Até a data de 14 de abril de 2014 essa rubrica era constituída pela remuneração do Interventor, conforme valor definido na Resolução ANEEL nº 3.647/2012, dos diretores por ele nomeados e do Conselho Fiscal.

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	30/06/2014		30/06/2013	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	(13.537)	(4.942)	(1.206)	(444)
Impostos diferidos - variação líquida	19.493	7.041	16.586	(923)
	5.956	2.099	15.380	(1.367)

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Reconciliação para taxa efetiva	30/06/2014		30/06/2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	(24.085)	(24.085)	(135.408)	(135.408)
Adições(exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	1.007	724	24	24
Multas indedutíveis	589	-	87	-
Doações	46	46	74	74
Efeitos da Lei nº 11.638/2007	-	-	4.091	4.091
Outras	(48)	-	(48)	-
Subtotal	1.594	770	4.229	4.190
Base de cálculo dos impostos	(22.491)	(23.315)	(131.179)	(131.218)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Saldo apurado	5.624	2.099	32.796	11.811
Créditos sobre incentivos fiscais	332	-	29	-
Créditos Não Constituídos - IN CVM 371/2002	-	-	(17.445)	(13.178)
Receita(despesa) com impostos	5.956	2.099	15.380	(1.367)
Taxa efetiva	24,73%	8,72%	7,23%	2,60%

Notas Explicativas



Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis.

Natureza	30/06/2014		31/12/2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a)	209.751	209.751	168.630	168.630
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	315.291	315.291	283.544	283.544
Prejuízos fiscais e base negativa (b)	177.519	411.644	229.463	455.965
Ajustes da Lei nº 11.638/2007 (c)	39.023	39.023	43.626	43.626
Estudo IN CVM 371/02 (d)	(342.179)	(576.045)	(374.920)	(601.455)
Outras Provisões (e)	52.511	52.511	20.875	20.875
Base de cálculo dos impostos diferidos	451.916	452.175	371.218	371.185
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	112.979	40.696	92.805	33.407

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação da perda dos créditos a receber de clientes e Banco Daycoval (vida nota 11.3)
- (b) Realização dos lucros
- (c) Realização dos efeitos da Lei nº 11.638/2007
- (d) Estorno Parcial mediante laudo de créditos fiscais diferidos
- (e) Multas e Juros de Mora estimados nas incorporação de redes de particulares e Provisão para perdas de materiais em estoque.

Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa apresentam diferença em função da utilização do saldo para abatimento nos encargos de IRPJ consolidados no parcelamento da lei 11.941/2009.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2023 conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização dos Créditos
2014	7.274
2015	17.974
2016	16.288
2017	17.019
2018	20.240
2019 a 2023	74.880
Total	153.675

Notas Explicativas



Passivo Fiscal Diferido

Diferenças temporárias:	Não circulante			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Ajustes da Lei 11638/07 (a)	64.656	64.656	49.454	49.454
Base de cálculo dos impostos diferidos	64.656	64.656	49.454	49.454
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante (outros)	16.164	5.819	12.364	4.451

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

(a) Realização dos efeitos da Lei 11638/2007

Encargos tributários sobre reserva de reavaliação:	Não circulante			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reserva de reavaliação	839.154	839.154	839.154	839.154
(-) Reversão de reavaliação anterior	(189.560)	(189.560)	(189.560)	(189.560)
(-) Depreciação / baixas	(408.921)	(408.921)	(396.453)	(396.453)
Base de cálculo	240.673	240.673	253.141	253.141
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	60.168	21.661	63.285	22.783
Total dos tributos diferidos	76.332	27.480	75.649	27.234

Movimentação dos tributos diferidos

Imposto de renda	31/12/2013	Reconhecidos no resultado	30/06/2014
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	42.158	10.280	52.438
Provisão outras perdas estimadas	5.219	7.909	13.128
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	70.886	7.937	78.823
Prejuízos fiscais	57.366	(12.986)	44.380
Encargos de reavaliação	(63.285)	3.116	(60.169)
Ajustes da Lei 11.638/2007	(1.457)	(4.951)	(6.408)
Estudo IN CVM 371/02 (d)	(93.732)	8.188	(85.544)
Total IRPJ	17.154	19.493	36.647

Contribuição social	31/12/2013	Reconhecidos no resultado	30/06/2014
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	15.177	3.701	18.878
Provisão outras perdas estimadas	1.879	2.847	4.726
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25.519	2.857	28.376
Base negativa	41.037	(3.991)	37.046
Encargos de reavaliação	(22.783)	1.122	(21.661)
Ajustes da Lei 11.638/2007	(525)	(1.781)	(2.306)
Estudo IN CVM 371/02 (d)	(54.130)	2.286	(51.844)
Total CSLL	6.175	7.041	13.216
Total Geral	23.328	26.534	49.863

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A medida provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime

Notas Explicativas



Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da lei entrarão em vigor a partir de 2015, entretanto permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de junho de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$15.202.

Em abril de 2013, a CEMAT concluiu o 3º Ciclo de revisão tarifária periódica (3CRTP), e o valor estimado de indenização foi ajustado com base no laudo utilizado para determinação da base de remuneração regulatória até 2018. Esse laudo foi a base utilizada pela Companhia para efetuar a reversão do saldo de reavaliação até então constituído. Abaixo está demonstrado o movimento desse ativo no período.

(1) = Ativo Financeiro	R\$
Laudo do VNR - 3º CRTP	868.096
(-) Saldo 2º Ciclo Movimentado	(846.494)
	21.602
(2) = Obrigações Especiais	R\$
Saldo 2º Ciclo Movimentado	(228.496)
Laudo do VNR - 3º CRTP	(237.050)
	(8.554)
(1) + (2) = Ganho no Ajuste do VNR	13.048

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de junho de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Notas Explicativas



Movimentação	30/06/2014	31/12/2013
Ativo financeiro custo corrigido - 31/12/2013 e 31/12/2012	737.080	801.165
Adições no período/exercício (*)	43.262	(123.222)
Baixas no período/exercício	(1.083)	9.372
Subtotal	779.259	687.315
Atualização contas a receber da concessão - VNR	14.721	49.765
Ativo financeiro custo corrigido -30/06/2014 e 31/12/2013	<u>793.980</u>	<u>737.080</u>

(*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão.

15. Investimentos

Propriedades para investimentos avaliadas a custo	30/06/2014	31/12/2013
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.149	4.152
Terrenos	1.384	1.385
Outros investimentos	856	860
Total	<u>6.389</u>	<u>6.397</u>

16. Intangível - contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível e ativo financeiro, conforme segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Ativo financeiro	793.980	737.080
Ativo intangível	1.732.286	1.765.853
Total	<u>2.526.266</u>	<u>2.502.933</u>

A mutação dos bens da concessão, é como segue:

Notas Explicativas



	Saldo 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo 30/06/2014
Em serviço:						
Custo						
Geração	9.423	-	(65)	-	-	9.358
Distribuição	3.182.328	-	(20.807)	67.784	-	3.229.305
Comercialização	5.075	-	-	-	-	5.075
Administração	116.378	-	-	3.905	-	120.283
Subtotal	3.313.204	-	(20.872)	71.689	-	3.364.021
(-) Amortização						
Geração	(5.107)	-	27	-	(210)	(5.290)
Distribuição	(1.248.628)	-	11.806	-	(77.822)	(1.314.644)
Comercialização	(3.653)	-	-	-	(123)	(3.776)
Administração	(66.950)	-	-	-	(5.963)	(72.913)
Subtotal	(1.324.338)	-	11.833	-	(84.118)	(1.396.623)
Em curso:						
Geração	45	-	(36)	-	-	9
Distribuição	507.098	113.257	(71.575)	(67.410)	-	481.370
Comercialização	-	5	-	-	-	5
Administração	5.075	5.401	(513)	(4.279)	-	5.684
Subtotal	512.218	118.663	(72.124)	(71.689)	-	487.068
Total Intangível	2.501.084	118.663	(81.163)	-	(84.118)	2.454.466
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em serviço	(831.433)	-	-	770	-	(830.663)
Amortização Acumulada	182.868	-	-	-	22.021	204.889
Em curso	(86.666)	(11.421)	2.451	(770)	-	(96.406)
Total das Obrigações Especiais	(735.231)	(11.421)	2.451	-	22.021	(722.180)
Total	1.765.853	107.242	(78.712)	-	(62.097)	1.732.286

As baixas totalizaram no período R\$78.712, sendo R\$43.262 transferido para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$35.450 referente às baixas do ativo em serviço do período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 30 de junho de 2014, a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,89% (3,89% em 31 de dezembro de 2013). Segue o detalhamento das taxas de amortização:

Taxas anuais de amortização %

Geração:		Comercialização:	
Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Distribuição:		Administração central:	
Banco de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	14,29
Chave de distribuição	3,33 - 6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	2,70 - 3,57		
Estrutura do sistema	2,70 - 3,57		
Regulador de tensão	3,45 - 4,35		
Transformador de distribuição	3,70 - 4,00		

Notas Explicativas



O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2014	31/12/2013
Contribuições do consumidor	215.631	214.305
Participação da União - recursos CDE	19.487	19.377
Participação do Governo do Estado	8.346	7.972
Participação dos Municípios	4.460	4.170
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	465.387	466.784
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	439	437
Universalização do serviço público de energia elétrica	393.118	390.368
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	15.327	9.409
Outros	86.342	78.523
(-) Amortização acumulada	(204.889)	(182.868)
Total	1.003.648	1.008.477
Alocação:		
Contas a receber da concessão	281.469	273.247
Infraestrutura - Intangível em serviço	626.862	648.566
Infraestrutura - Intangível em curso	79.990	77.256
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	15.327	9.409
Total	1.003.648	1.008.477

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em agosto de 2009. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em 08 de abril de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais.

Em 30 de junho de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$15.327 (R\$9.409 em 31 de dezembro de 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Reavaliação Espontânea

A Companhia procedeu em 2005 a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

Notas Explicativas



A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2005 aprovou a nomeação de empresas especializadas e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, no qual constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31 de maio de 2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	183.051	112.947	70.104
Transmissão	1.795	2.677	(882)
Distribuição	1.208.244	815.424	392.820
Administração	43.444	37.265	6.179
Total	1.436.534	968.313	468.221
Impostos diferidos			(156.358)
Reavaliação anterior			150.728
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(3.494)
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas/reversão)			(300.251)
Reserva de reavaliação própria registrada no patrimônio líquido em 30/06/2014			158.846

O efeito no resultado no período findo em 30 de junho de 2014, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$8.229 (R\$11.221 em 30 de junho de 2013), líquido dos efeitos tributários.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo de seis meses findo em 30 de junho de 2014, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

Notas Explicativas



17. Fornecedores

	30/06/2014	31/12/2013
Suprimento (1):		
Contratos Bilaterais	452.629	384.579
CCEE	-	11.600
Uso da rede básica (1)	2.422	2.320
Energia livre	7.860	7.860
Combustível (2)	1.754	1.599
Materiais e serviços e outros (3)	38.123	38.129
Total	502.788	446.087
Circulante	190.272	446.087
Não Circulante	312.516	-

1. Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Do montante, R\$335.736 (R\$295.299 em 31 de dezembro de 2013) representa os débitos com Eletrobrás referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas, sendo nas 24 primeiras amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o principal.
2. Refere-se à aquisição de combustível da CCC - Conta de Consumo de Combustível, para as Usinas Térmicas da Guariba, Paranorte e Rondolândia.
3. Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	30/06/2014	31/12/2013
BASA (*)	88	9.053	18.105	27.246	30.287
BID	-	-	-	-	85.319
BRADESCO	-	-	-	-	189.407
ELETROBRAS-ECF 0276/2009	13.659	25.251	61.215	100.125	100.353
ELETROBRAS-ECF 139/2006	8.018	22.903	20.994	51.915	52.563
ELETROBRAS-ECF 189/2007	6.781	16.118	23.281	46.180	46.480
ELETROBRAS-ECF 1976/00	1.768	11.091	-	12.859	12.661
ELETROBRAS-ECF 235/2008	9.079	19.828	34.149	63.056	63.324
ELETROBRAS-ECF 2600/2006	16.219	30.890	37.755	84.864	84.972
ELETROBRAS-ECF 2673/2008	-	1.479	-	1.479	3.254
ELETROBRAS-ECF IRD 991/96	4	49	352	405	429
ELETROBRAS-ECFS 029/2004	3.141	11.389	4.113	18.643	19.081
FIBRA/BTG	100	13.837	-	13.937	19.911
FIBRA-2115110-1º Aditamento (*)	28	3.927	-	3.955	4.721
HP-04365ER14V6	1	57	-	58	79
ITAU BBA (*)	93	10.681	20.471	31.245	36.599
ITAU-CCB 100112080005200	39	5.480	10.503	16.022	18.766
ITAU-CCB 100112080011100 op. 15906	201	25.633	-	25.835	30.264
JP MORGAN-SWAP JP - CCB OP. 16763	42	43.333	-	43.375	50.830
MERRILL LYNCH-SWAP MERRILL - CCB 014/13	148	17.599	-	17.747	20.785
SAFRA	1	80	66	147	187
SANTANDER	253	-	32.000	32.253	34.792
SOCIETE - SG-SWAP SG - CCB 001/12 (*)	5	5.528	-	5.533	6.484
(-) Custos de captação incorridos na contratação:					
Despesas antecipadas empréstimo Bradesco	-	-	-	-	(2.175)
Total em moeda nacional	59.667	274.206	263.005	596.878	909.370
CESSNA FINANCE(1)	6	3.294	28.086	31.386	35.049
TESOURO NACIONAL-1 DMLP-BÔNUS DESCONTO (1)	53	-	18.172	18.225	19.424
TESOURO NACIONAL-2 DMLP-BÔNUS AO PAR (1)	336	-	26.043	26.380	28.095
TESOURO NACIONAL-4 BÔNUS CAPITALIZAÇÃO (1)	-	-	-	-	1.199
Total em moeda estrangeira	395	3.294	72.301	75.991	83.767
Total geral da dívida	60.062	277.501	335.307	672.870	993.137

(*) Contratos quitados após 30 de junho de 2014 (ver nota 33 b)

Notas Explicativas



1) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$40.980 em 30 de junho de 2014 (R\$41.259 em 31 de dezembro de 2013).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2014:

Operação	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	efetiva de juros)
BASA (**)	08/06/2017	MENSAL	AVAL DENERGE/JORGE/REDE/QMRA	90	CDI	4,91 a 7,44%	15,71 a 18,24%
BID (*)	15/05/2015	TRIMESTRAL	Recebíveis + Aval		PRÉ	9,86%	-
BRASESCO (*)	10/05/2017	MENSAL	AVAL REDE ENERGIA E DR. JORGE		CDI	2 a 3,38%	-
CESSNA FINANCE-CESSNA FINANCE	29/09/2020	TRIMESTRAL	Depósito Caução	120	URTJLP	3,90%	6,75%
ELETROBRAS-ECF 0276/2009	28/02/2022	MENSAL	Recebíveis	143	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS-ECF 139/2006	30/03/2018	MENSAL	Recebíveis	144	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS-ECF 189/2007	30/10/2019	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS-ECF 1976/00	30/04/2013	MENSAL	Recebíveis	158	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS-ECF 235/2008	30/08/2020	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS-ECF 2600/2006	28/02/2019	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	7,00%	7,00%
ELETROBRAS-ECF 2673/2008	30/11/2014	MENSAL	Recebíveis	77	PRÉ	6,50%	6,50%
ELETROBRAS-ECF IRD 991/96	15/08/2022	MENSAL	Clean	313	PRÉ	8,00%	8,00%
ELETROBRAS-ECF 029/2004	30/07/2016	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	6,00%	6,00%
FIBRA/BTG	11/08/2015	MENSAL	Cessão da Subrogação de CCC Projeto Comodoro+Aval	60	CDI	4,43%	15,23%
FIBRA-2115110-1º Aditamento (**)	11/01/2017	MENSAL	Cessão da Subrogação de CCC Projeto Comodoro+Aval	0	CDI	4,43%	0,00%
HP-04365ER14V6	16/04/2015	MENSAL	Aval	36	CDI	0,00%	10,80%
ITAU BBA (**)	22/05/2017	MENSAL	Sub rogação CCC	100	CDI	4,90%	15,70%
ITAU-CCB 100112080005200	22/05/2017	MENSAL	livre de garantias	57	CDI	2,00%	12,80%
ITAU-CCB 100112080011100 op. 15906	08/05/2017	MENSAL	Recebíveis	56	CDI	3,90%	14,70%
JP MORGAN-SWAP JP - CCB OP. 16763	26/05/2017	MENSAL	Recebíveis	53	CDI	2,00%	12,80%
MERRILL LYNCH-SWAP MERRILL - CCB 014/13	04/05/2017	MENSAL	livre de garantias	52	CDI	2,00%	12,80%
SAFRA	15/04/2016	MENSAL	livre de garantias	59	URTJLP	3,90 a 6,50%	8,90 a 11,50%
SANTANDER	06/06/2019	MENSAL	Recebíveis + Aval	60	CDI	2,28 a 2,80%	13,08 a 13,60%
SOCIETE - SG-SWAP SG - CCB 001/12 (**)	26/05/2017	MENSAL	livre de garantias	0	CDI	2,00%	0,00%
TESOURO NACIONAL-1 DMLP-BÔNUS DESCONTO	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	CDI	5,28%	1,13%
TESOURO NACIONAL-2 DMLP-BÔNUS AO PAR	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	CDI	3,90%	6,00%
TESOURO NACIONAL-4 BÔNUS CAPITALIZAÇÃO	15/04/2014	SEMESTRAL	Recebíveis		PRÉ	8,00%	-

(*) Contratos liquidados no primeiro semestre de 2014

(**) Contratos quitados após 30 de junho de 2014 (ver nota 33 b)

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos períodos:

Moeda/indicadores	30/06/2014	31/12/2013
US\$ x R\$	-5,98%	14,64%
TJLP	2,53%	5,00%
SELIC	5,02%	8,22%
CDI	4,76%	8,06%
IPCA	3,75%	5,91%
IGP-M	2,45%	5,53%

Em 30 de junho de 2014, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2014
2015	34.990
2016	75.574
2017	64.965
2018	48.249
2019	31.819
Após 2019	79.710
Total	335.307

Notas Explicativas



Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Saldo em 31/12/2013 e 31/12/2012	993.137	947.478
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	1.320	21.834
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	41.973	124.441
Pagamento de principal	(322.353)	(38.506)
Pagamento de juros	(41.207)	(62.110)
Saldo em 30/06/2014 e 31/12/2013	672.870	993.137
Circulante	337.563	453.539
Não circulante	335.307	539.598

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	15/04/2010	07/04/2011	19/10/11	15/5/14	
Data de vencimento	15/05/2017	07/04/2016	20/12/21	17/5/21	
Garantia	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Flutuante	
Rendimentos	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 3,90%	CDI + 3,75%	CDI + 2,28%	
TIR (taxa efetiva de juros)	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	14,70%	14,55%	13,08%	
Quantidade de títulos	250	98	1000	45000	
Valor na data de emissão	1.000.000	1.000.000	100.000	10.000	
Títulos em circulação	250	34	1000	45000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	Não há	24 meses	
Data de repactuação	01/08/2012	21/8/12	14/5/12	-	
Amortizações/parcelas	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal após a carência	
	250.000.000	98.000.000	100.000.000	450.000.000	

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	Total
SalDOS em 30/06/2014 (1)	150.323	18.144	87.454	452.941	708.862
Circulante	150.323	18.144	87.454	6.041	261.962
Não circulante	-	-	-	446.900	446.900
SalDOS em 31/12/2013 (1)	172.998	21.663	93.116	-	287.777

(1) Em 30 de junho de 2014 o saldo deduzido de R\$7.215 (R\$3.747 em 31 de dezembro de 2013) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª, 3ª e 4ª emissão, sendo que os waivers tem validade para até 31 de agosto de 2014.

Em 30 de junho de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Notas Explicativas



	30/06/2014
2015	-
2016	51.720
2017	89.484
2018	89.660
2019	89.834
após 2019	126.202
Total	446.900

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012	287.777	290.259
Novas emissões de debêntures- 5ª emissão	450.000	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	22.431	37.975
Pagamento de principal	(35.566)	(10.222)
Pagamento de juros	(15.780)	(30.235)
Saldos em 30/06/2014 e 31/12/2013	708.862	287.777
Circulante	261.962	191.774
Não circulante	446.900	96.003

20. Arrendamento Mercantil

A Companhia possui arrendamento mercantil no montante de R\$31.444 (R\$35.149 em 31 de dezembro de 2013) referente a veículos, equipamentos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI + Libor.

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$2.726 (R\$2.726 em 30 de junho de 2013), como despesa de depreciação e de R\$1.151 como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos no montante de R\$31.444, será finalizada em 29 de setembro de 2020. Os montantes são de Moeda Nacional - R\$58 (R\$100 em 31 de dezembro de 2013) e Moeda Estrangeira - R\$ 31.386 (R\$35.049 em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de junho de 2014 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

Notas Explicativas



	30/06/2014
2014	1.626
2015	2.606
2016	3.642
2017	3.895
2018	4.164
2019	4.452
Após 2019	11.059
Total	31.444
Circulante	3.358
Não Circulante	28.086

21. Tributos e Contribuições Sociais

21.1. Correntes

	30/06/2014	31/12/2013
ICMS	60.700	53.218
Encargos sociais	3.130	4.593
PIS / COFINS	15.449	13.248
IRRF	654	106
Outros	2.159	1.389
Total I	82.092	72.554
Circulante	82.092	72.554

21.2. Parcelamentos

	30/06/2014	31/12/2013
PIS / COFINS (1)	128.859	152.267
IRPJ (1)	5.455	6.429
CSSL (1)	3.610	4.017
ICMS (2)	9.975	8.090
ICMS (3)	661	-
Total II	148.559	170.803
Circulante	69.050	64.310
Não circulante	79.510	106.493
Total Geral - Circulante	151.142	136.864
Total Geral - Não Circulante	79.510	106.493

- (1) Em julho de 2012 a Companhia firmou junto a Receita Federal do Brasil - RFB, pedido de parcelamento do PIS, da COFINS, do IRPJ e da CSLL, o qual será quitado em 60 parcelas. O valor de cada parcela será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC. A primeira parcela foi paga em agosto de 2012. O parcelamento ordinário anterior (de PIS e COFINS) está incluso no montante a ser pago.
- (2) Em setembro de 2013, a Companhia consolidou junto a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, parcelamento de ICMS sobre a demanda contratada de energia elétrica, conforme Processo 597481-2013 em 36 parcelas mensais e

Notas Explicativas

consecutivas. O valor de cada parcela será atualizada pelo IGPM, sendo a primeira parcela paga em 13 de setembro de 2013 e a última será paga em agosto de 2016.

- (3) Em Junho de 2014, a Companhia consolidou um parcelamento de ICMS oriundo do Termo de Notificação 705853/630/68/2012, em 10 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 16 de junho de 2014 e a última será paga em março de 2015.

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/06/2014
Trabalhistas	20.815	6.994	(4.527)	1.633	24.914
Cíveis	114.904	41.525	(15.428)	6.057	147.058
Fiscais	32.916	3.236	-	1.632	37.784
Total	168.635	51.754	(19.955)	9.323	209.756
Depósitos e cauções vinculados					
Depósitos judiciais (*)	(4.363)				(6.344)

Vinculados ao Processo

(*) A Companhia possui depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$6.344 (R\$4.363 em 31 de dezembro de 2013) dos quais R\$ 1.778 (R\$ 4.363 em 31 de dezembro de 2013) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico ser possível ou provável.

Foi pago no exercício (até junho de 2014) R\$26.508 referentes a acordos judiciais (R\$17.859 no ano de 2013).

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras e reflexos, equiparação salarial, acidente de trabalho, sobreaviso e reaviso, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

As ações de natureza cíveis se referem, a discussões por danos envolvendo a distribuição de energia elétrica, como corte indevido de fornecimento, inscrição indevida (SPC/Serasa), cancelamento/revisão de fatura de irregularidade de consumo; ressarcimento de danos elétricos, entre outros. A variação apontada no 2º trimestre de 2014 deve-se principalmente a atualização dos processos em andamento e a entrada de novos processos dos quais destacam-se o de nº 12234-45.1999.811.0041 referente à ação cível de cliente no montante de R\$15.298.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Notas Explicativas**Perdas possíveis:**

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$462.574 (R\$506.232 em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Seguem comentários dos consultores jurídicos da Companhia referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$1.861 (R\$3.620 em 31 de dezembro de 2013), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$36.858 (R\$34.942 em 31 de dezembro de 2013), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$423.855 (R\$467.670 em 31 de dezembro de 2013), referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

Os processos administrativos, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual nº 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual nº 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

23. Taxas regulamentares, Obrigação do Programa de Eficiência Energética e Incorporação de Redes Particulares

23.1. Taxas Regulamentares

	30/06/2014	31/12/2013
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	50.880	48.533
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	100.556	79.700
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	74.777	71.277
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	101.288	86.961
Total	327.501	286.471
Circulante	193.546	286.471
Não circulante	133.955	-

Notas Explicativas

O parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, sendo nas 24 primeiras, amortização apenas dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, amortização do principal. Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas.

23.2. Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 20 de janeiro de 2010, respectivamente.

	30/06/2014	31/12/2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	919	562
Ministério de Minas e Energia - MME	207	112
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	39.335	35.205
Programa de Eficiência Energética - PEE	71.395	62.920
Total	111.856	98.799
Circulante	55.808	46.891
Não Circulante	56.048	51.908

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

23.3. Incorporação de Redes Particulares

As Resoluções Homologatórias da ANEEL n.º 223/2003, n.º 250/2007, n.º 368/2009, nº 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

24. Patrimônio líquido**Capital Social**

Notas Explicativas



O capital social, subscrito e integralizado é de R\$1.118.910 (R\$710.197 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 58.782 mil ações ordinárias e 111.546 mil ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de junho de 2014, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$408.713, com emissão de 51.475 mil novas ações, sendo 17.765 mil ações ordinárias e 33.710 mil ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização do saldo dos recursos destinados a futuro aumento de capital.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos a serem pagos às ações preferenciais terão um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre aqueles pagos às ações ordinárias.

25. Receita operacional

	30/06/2014				30/06/2013			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	954.450	1.144.996	280.758	523.918	910.675	1.058.452	232.714	482.109
Industrial	21.715	447.800	142.849	255.682	20.796	402.807	135.456	237.103
Comercial	92.551	740.802	197.783	371.259	87.836	700.950	169.181	345.025
Rural	160.572	394.197	70.989	127.977	159.021	381.764	54.869	110.334
Poder Público:	11.590	153.998	39.272	69.175	11.305	147.234	34.346	66.651
Federal	855	27.213	7.595	13.459	821	26.585	6.417	12.779
Estadual	2.720	67.457	14.168	24.939	2687	64.377	12.303	23.712
Municipal	8.015	59.328	17.508	30.778	7.797	56.272	15.626	30.160
Iluminação Pública	757	147.171	16.099	30.753	747	134.506	13.840	28.917
Serviço Público	1.197	87.564	17.814	33.475	1.199	84.827	15.299	31.119
Consumo Próprio	291	5.128	-	-	281	5.005	-	-
Subtotal	1.243.123	3.121.655	765.564	1.412.239	1.191.860	2.915.545	655.705	1.301.258
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento	-	114.294	59.436	122.222	-	273.947	26.441	82.343
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	7.293	17.863	-	-	(11.598)	(53.853)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	601.489	35.582	64.137	-	627.138	9.959	56.503
Receita de Construção (1)	-	-	70.692	128.335	-	-	79.393	122.494
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	(3.161)	(5.918)	-	-	(2.929)	(2.929)
Outras receitas operacionais	-	-	66.082	110.833	-	-	37.784	72.423
Total - receita operacional bruta	1.243.123	3.837.438	1.001.488	1.849.711	1.191.860	3.816.630	794.755	1.578.239
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	191.226	349.555	-	-	154.014	307.899
PIS	-	-	15.295	28.482	-	-	12.466	25.109
COFINS	-	-	70.448	131.189	-	-	57.420	115.655
ISS	-	-	55	94	-	-	-	-
Quota para RGR	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	2.983	5.787	-	-	1.532	4.254
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	9.459	15.816	-	-	4.807	9.614
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	-	-	(3.956)	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, FNDCT e MME	-	-	2.983	5.787	-	-	1.852	4.570
Total	-	-	292.449	536.710	-	-	228.135	467.101
Total - receita operacional líquida	1.243.123	3.837.438	709.039	1.313.001	1.191.860	3.816.630	566.620	1.111.138

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

Notas Explicativas



26. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	30/06/2014			30/06/2013		
	MWh (**)	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	MWh (**)	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013
		R\$	R\$		R\$	R\$
Energia de Itaipú - Binacional	668.540	(41.800)	(81.293)	571.151	(32.013)	(63.882)
Energia de leilão	766.419	(113.480)	(248.970)	756.326	(5.557)	(126.597)
Energia bilateral	1.781.187	(180.984)	(349.323)	1.896.929	(152.280)	(322.883)
Cotas de Angra REN 530/12 (*)	121.607	(9.118)	(17.984)	102.006	(5.573)	(13.934)
Energia de curto prazo - CCEE	-	442	(35.602)	320.944	(123.883)	(123.883)
Cotas Garantia Física-Res.Homol.ANEEL 1410 - Anexo I	440.161	(7.104)	(14.351)	362.897	(4.853)	(11.393)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	71.483	(11.735)	(23.470)	67.054	(10.153)	(20.306)
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	4.539	24.169	-	9.543	34.042
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	31.380	60.999	-	26.755	52.825
Total	3.849.397	(327.860)	(685.825)	4.077.307	(298.014)	(596.011)

(*) Contempla valor da REN 1585/2013

(**) Não revisado pelos auditores independentes

- (1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. O valor referente ao Despacho n.º 1.378, retificado pelo Despacho n.º 1.443, no montante de R\$24.168, teve sua data de recebimento programada para 28 de agosto de 2014. O montante foi registrado no resultado como redução de custos de energia comprada.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Notas Explicativas

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			30/06/2014 e 31/12/2013
Vida em Grupo	31/12/2014	R\$107	R\$15
Riscos Operacionais (RO)	30/11/2014	R\$100.550	R\$355
Responsabilidade Civil Geral (RCG)	30/11/2014	R\$20.000	R\$557
Automóveis - Casco/Danos Materiais e Corporais a Terceiros	30/11/2014	R\$300	R\$221
Aeronáutico (RCF/Casco)	15/10/2014	US\$68.000	US\$18
Aeronáutico	15/10/2014	R\$615	R\$2
Transportes	01/10/2014	R\$2.000	R\$71
D&O	31/08/2014	R\$25.000	R\$720

Vida em grupo

Cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial, por acidente e invalidez permanente e/ou total por doença ocorrida com empregados.

Riscos Operacionais (RO)

A apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice.

Responsabilidade Civil Geral (RCG)

Cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais.

Automóveis

Cobertura de Colisão, Incêndio e Roubo (casco) e de Danos Materiais, Corporais e Morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Aeronáutico casco/LUC

Casco: garantia ao segurado na perda e/ou avaria da aeronave. LUC - Limite Único Combinado: é o reembolso das obrigações que o segurado vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos pessoais e/ou materiais e transportados e/ou não transportados.

Transportes

Cobertura garantindo os reparos e/ou reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

Seguro de D&O

O objetivo do seguro é o pagamento, a título de perdas, devido a terceiros pelo segurado decorrente de reclamação, resultante da prática de qualquer ato danoso praticado pelo segurado durante o período de vigência da apólice, em decorrência de sua condição de conselheiro, administrador ou diretor da sociedade.

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Notas Explicativas

ATIVO	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	517.112	517.112	128.026	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	267.005	267.005	-	-
Consumidores e concessionárias	505.044	505.044	479.565	479.565
Títulos de créditos a receber	61.510	61.510	59.517	59.517
Conta a receber da concessão	793.980	793.980	737.080	737.080
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-

PASSIVO	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	502.788	502.788	446.087	446.087
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	1.381.732	1.381.732	1.280.914	1.280.914

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração**Empréstimos e recebíveis**

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES,

Notas Explicativas



e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 1ª emissão de debêntures.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/06/2014	31/12/2013
Dívida (a)	1.381.732	1.280.914
Caixa e equivalentes de caixa	(517.112)	(128.026)
Dívida líquida	<u>864.620</u>	<u>1.152.888</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>1.209.628</u>	<u>816.945</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,71</u>	<u>1,41</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, 19 e 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Notas Explicativas



	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		156.923	33.574	134.294	134.294	43.928	503.013
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	**%	266.966	193.513	673.980	388.812	324.560	1.847.831
Total		423.889	227.087	808.274	523.106	368.488	2.350.844

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	517.112	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	267.005	-
Consumidores e concessionárias	505.044	479.565
Títulos de créditos a receber	61.510	59.517
Conta a receber da concessão	793.980	737.080

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2014, com queda de 5,98% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,2025/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2014 era de 8,98%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Notas Explicativas



Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 30 de junho de 2014 de R\$1.381.732 (R\$1.280.914 em de 31 de dezembro de 2013), R\$75.991 (R\$169.086 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares, (i) US\$20,25 milhões de empréstimo com o Tesouro Nacional - DMLP (US\$ 20,07 milhões de principal) cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$44,6 milhões e (ii) US\$14,25 milhões de empréstimo com o Cessna Finance (US\$14,24 milhões de principal), cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$31,4 milhões.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, 15 de Abril de 2024, e custos de US\$ mais variação semestral da libor.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
		Alta do dólar			
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - USD	272.303		275.702	334.628	413.554
Fornecedores em moeda estrangeira - USD	289.926		293.545	366.932	440.319

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,00%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	735.393	Alta do CDI	44.788	35.058	35.228
Subtotal	735.393		44.788	35.058	35.228
Instrumentos financeiros passivos:					
	(75.991)	Alta do Dólar	(7.692)	(28.613)	(49.533)
	(379.526)	Alta do PRE	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(147)	Alta da TJLP	5	4	3
	(824.475)	Alta da CDI	(10.089)	(33.196)	(56.302)
	(101.593)	Alta da IPCA	765	(851)	(2.467)
Subtotal	(1.381.732)		-17.011	-62.655	-108.300
Total	(646.339)		27.777	-27.597	-73.072

Notas Explicativas



Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/06/2014	31/12/2013
Ativos			
Equivalente de Caixa	2	517.112	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	267.005	-
Contas a receber da concessão	3	793.980	737.080

29. Benefícios a empregados

Prêmio de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 30 de junho de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.432 (R\$1.472 em 30 de junho de 2013).

Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de junho de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$4.253 (R\$3.104 em 30 de junho de 2013).

30. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Após 31/12/2018
2014 a 2046	1.085.644	1.165.956	1.144.708	1.142.255	1.142.478	10.419.956

Notas Explicativas



Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de junho de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

31. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 10 de dezembro de 1997, foi outorgado à CEMAT a distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. De acordo com tais contratos, as concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia são as seguintes:

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 3 Usinas Termelétricas, são elas: Guariba, Paranorte e Rondolândia.	4,13	1,41	10/12/1997	10/12/2027

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,21% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No período findo em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2014	30/06/2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	43.262	-
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	14.721	-
Fornecedores	14.376	-
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	57.638	-

33. Eventos Subsequentes

a. Juros Sobre o Capital Próprio Retidos

A Companhia irá efetuar, no exercício de 2014, o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio declarados na Assembleia Geral Ordinária do dia 30 de abril de 2012, cujo pagamento foi suspenso e comunicado ao mercado através de fato relevante em 19 de dezembro de 2012, em virtude de dificuldades financeiras da Companhia. A suspensão dessa obrigação esteve vinculada ao reestabelecimento da capacidade financeira da Companhia que se deu com a transferência do controle acionário para o Grupo Energisa.

b. Pagamentos Antecipado de Empréstimos

A Companhia efetuou o pagamento antecipado em julho de 2014, dos contratos de empréstimos junto aos bancos Basa, Itau BBA, Societé e Fibra no montante total de R\$67.134.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT

Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para a conclusão com ressalva sobre as Informações Trimestrais (ITR)

A Companhia possui registrado nas rubricas contábeis de "consumidores e concessionárias" e "títulos de créditos a receber" os montantes de R\$13.587 mil e R\$50.258 mil, respectivamente, referentes a títulos precatórios emitidos pela prefeitura do município de Cuiabá. Em face a incerteza significativa quanto ao prazo de liquidação e a valorização dos valores contabilizados, não foi possível concluirmos quanto à realização dos referidos créditos registrados em 30 de junho de 2014.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva sobre as Informações Trimestrais (ITR)", se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Conforme mencionado na nota 26, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE referentes aos meses de janeiro a junho de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Intervenção administrativa ANEEL

Conforme mencionado nas notas 1.1 e 1.2, em 8 de abril de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.622, que determinou o fim da intervenção administrativa da ANEEL na Companhia. A conclusão do processo estava condicionada transferência de controle da controladora final e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Companhia. Com o fim da intervenção, passou a vigorar regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que inclui, entre outros, a obrigatoriedade de aporte de recursos pelo novo controlador final através da controladora da Rede Energia S.A., e outras obrigações mencionadas nas referidas notas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transferência de controle do acionário – controlador final

Conforme mencionado nas notas 1.4, em 11 de julho de 2013 foi celebrado compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior e a Energisa S.A., para a transferência da totalidade de suas ações da J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. à Energisa S.A., mediante o cumprimento de algumas condições precedentes. Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes, foi formalizada a transferência do controle dessas empresas para a Energisa S.A.. A transferência das referidas ações conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S.A., controladora da Companhia, e, por consequência, das demais sociedades controladas pela Rede Energia S.A.. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR.

Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva sobre as Informações Trimestrais (ITR)", se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores do período correspondente

A revisão das demonstrações do resultado e do resultado abrangente do período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2013, e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão datado em 2 de agosto de 2013, com ressalva, referentes: (i) continuidade operacional da Companhia, negociação com credores e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes; (ii) recuperação dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos devido a incertezas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia; (iii) valores a receber de partes relacionadas sobre a continuidade operacional das sociedades coligadas Empresa Elétrica Bragantina S.A., Caiuá Distribuição de Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A.

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 6 de fevereiro de 2014, com ressalva, referentes: (i) continuidade operacional da Companhia, negociação com credores e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes; e (ii) realização dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos devido a incertezas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4